



Fórum de Pró-reitores de Extensão
das Instituições Públicas
de Educação Superior Brasileiras

CARTA DE RECIFE

Reunidos (as) presencialmente em Recife/PE, entre os dias 25 e 27 de outubro de 2022, durante o 51º Encontro do FORPROEX Nordeste, organizado pela coordenação regional do Fórum, pela Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), e Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), os pró-reitores e as pró-reitoras de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (IPES) discutiram as políticas institucionais de extensão universitária e as práticas desenvolvidas no âmbito das universidades federais e estaduais, dos institutos federais e confessionais com destaque para temas como: inserção curricular da extensão universitária, financiamento e indicadores da extensão. O encontro contou com X participantes, tendo 24 pró-reitores (as) de instituições de sete estados do Nordeste (PE, RN, PB, AL, CE, BA e SE).

Em suas discussões, os participantes evidenciaram o papel do fórum regional como agente integrador entre as instituições e de ligação direta e permanente com a coordenação nacional do FORPROEX, no sentido de pautar as demandas apresentadas por universidades e institutos da região Nordeste. No campo da discussão sobre uma educação pública de caráter emancipatória dos sujeitos, o Fórum reafirmou a necessidade de políticas institucionais e de Estado, que garantam à extensão universitária as condições necessárias ao seu desenvolvimento junto às comunidades, aos (às) estudantes, técnicos(as) e docentes das instituições, principalmente, no cenário de atendimento à inserção curricular da extensão nos cursos de graduação até dezembro de 2022.

No debate sobre a inserção curricular, focalizou-se a discussão em torno de como vem sendo realizadas a organização curricular e a implantação da curricularização entre as IPES; quais têm sido os maiores desafios e o estado da arte desse processo no atual momento. Destacou-se a imprescindibilidade da relação entre as pró-reitorias de extensão e de graduação na mobilização, concepção das bases orientadoras e no assessoramento à comunidade acadêmica, sob pena de inexecutabilidade ou de desarranjos nesse processo.

A inserção da pauta sobre a curricularização da extensão nas fases de elaboração e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional foi abordada como elemento imperativo, tendo em vista a força deste instrumento na construção da identidade e das metas e ações com foco na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas IPES, assim como na previsão orçamentária para essas metas e ações.

A formação contínua e sistemática da comunidade acadêmica, por meio de permanentes encontros setoriais, dos seminários, da elaboração de guias e manuais

orientadores, foi apresentada como base vital de acompanhamento e avaliação. Destacaram-se as preocupações de ordem pedagógica, organizacional, logística advindas especialmente das coordenações de cursos de graduação, e neste universo, com destaque às licenciaturas, que atravessam um conjunto amplo de reformulações, incluindo Estágios, Práticas como Componente Curricular, dentre outros, considerando uma profissionalização para a docência alinhada à transformação social.

Nesses desafios, também se abordou a necessidade de impulsionar o envolvimento de servidores(as) técnico-administrativos(as), o que pressupõe a realização de novos concursos para este segmento. No âmbito da administração do trabalho docente é imperiosa a congruência entre as orientações normativas e as resoluções internas das IPES, no que se refere especialmente a critérios de ingresso ao magistério superior, carga horária docente e ascensão funcional.

No campo das discussões sobre indicadores da extensão é essencial considerar a articulação entre as dimensões quantitativa e qualitativa na construção, interpretação e apresentação dos dados. Nesse aspecto reafirma-se o princípio da efetiva interação dialógica. Compreende-se nesse sentido que a relação com o público extensionista exclusivamente por meio remoto é insuficiente para garantir os princípios da extensão.

Reafirma-se a necessidade de contínua autoavaliação da extensão, no sentido de perseguir o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com ensino, pesquisa, inovação, cultura e arte no âmbito da formação discente, da qualificação docente, da relação com outros setores da sociedade, da participação de parceiros e de outras dimensões acadêmicas institucionais.

Na discussão sobre o indicador “Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão” sugere-se instituir e fomentar a formação de grupos de extensão para garantir a interdisciplinaridade, interprofissionalidade e interinstitucionalidade. Nesse sentido, é fundamental estabelecer estratégias para garantir maior número de estudantes nas atividades de extensão, como por exemplo, a maior oferta de bolsas e recomposição de valores.

No que concerne ao financiamento da extensão, ressalta-se a falta de recurso específico na matriz orçamentária para promover a prática da extensão nas IPES, via repasse e/ou edital do Ministério da Educação (MEC). O orçamento do MEC não tem acompanhado o crescimento das IPES e não tem sido suficiente para expandir as atividades. Ademais, é imprescindível buscar outros meios de captação junto às instâncias federal, estadual e municipal, a exemplo de emendas parlamentares e fundações de amparo.

Para fortalecer as políticas públicas de extensão, subscreve-se a proposta encaminhado pelo FORPROEX Nacional de criação do Fundo Nacional de Financiamento de Extensão (FINEX), assim como se propõe a criação de fundos regionais e estaduais para financiar projetos, programas e demais atividades de extensão, por meio de plano estratégico conjunto.

Além disso, considera-se imprescindível a criação de um plano estratégico regional, articulando as IPES aos governos estaduais e municipais do Nordeste no âmbito das políticas públicas e do papel da extensão no desenvolvimento socioeconômico, territorial e regional.

Como resultado dos debates e construções coletivas, o fórum considera importante encaminhamentos como a viabilização de reunião de trabalho com a coordenação do Consórcio Nordeste, buscando provocar os governadores do Nordeste a colocarem a extensão

universitária e seu financiamento em suas pautas estratégicas de gestão, em diálogo com as IPES; e a articulação junto às agências de amparo e fomento para a construção de ações de apoio ao financiamento da extensão universitária por meio de editais e outros instrumentos.

Recife, 27 de outubro de 2022

FORPROEX Nordeste